



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARAPIRACA/AL

Processo: 07008041820208020058/0002 - Cumprimento de Sentença

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANTONIO DOS SANTOS BORGES**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., **requerer a juntada do Comprovante de Pagamento da liquidação. Assim, pugna a ré pela intimação da parte autora nos termos do art. 526, §1º, NCPC, havendo extinção com a concordância expressa ou em sendo ultrapassado o prazo de 05 dias sem manifestação, deverá ser extinta a execução nos termos do art. 526, §3º c/c 924, II, NCPC.**

Desde já a ré **IMPUGNA EXPRESSAMENTE** e de modo espontâneo, nos termos do art. 218, §4º, CPC, pois o cálculo está eivado de vícios e claramente em dissonância com a condenação imposta. Inicialmente é de ser verificado que não consta inserido a ferramenta utilizada para elaborar o cálculo, em dissonância à previsão do art. 524, CPC e tão somente a inserção dos valores no bojo da petição. Frisa-se que, pela peça, houve inserção de juros sem cumprir o dispositivo da sentença, que determina que a partir da citação incidiria juros de mora com INDEXADOR ÚNICO a TAXA SELIC, conforme feito no cálculo em anexo e não observado pela parte autora. Por óbvio, os honorários do cálculo também estão equivocados, pois trata-se de percentual incidindo em cálculo apurado indevidamente.

Pelo exposto, resta evidente o **EXCESSO** no cálculo da parte autora, sendo correto e devido o valor do pagamento ora comunicado, cujo cálculo foi feito corretamente e no termo da condenação imposta na sentença de folhas 137/140 e 149. Desta forma, caso não haja concordância com o pagamento, o que não espera, pugna pela **PROCEDÊNCIA DA IMPUGNAÇÃO**, tendo em vista que o erro é claro e dispensa inclusive atuação da contadoria, pois de notória verificação o não cumprimento do dispositivo da sentença, e posterior extinção dos autos nos termos do art. 924, II, CPC.

Termos em que,

Pede Juntada.

ARAPIRACA, 22 de março de 2022.

João Barbosa
OAB/AL 3564A

~

			N° DA CONTA JUDICIAL		
			600116933825		
N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO		AGÊNCIA (PREF / DV)	TIPO DE JUSTIÇA
0		16/03/2022		4234	ESTADUAL
DATA DA GUIA		N° DA GUIA	N° DO PROCESSO		TRIBUNAL
15/03/2022		2712253	07008041820208020058		TRIBUNAL DE JUSTICA
UF/COMARCA		ORGÃO/VARA		DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
ARAPIRACA		2 VARA ESTADUAL		RÉU	6021,68
NOME DO RÉU/IMPETRADO				TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
				Jurídico	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE				TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
ANTONIO DOS SANTOS BORGES				Fisica	82757127420
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA					
24A7C70FB57116D8					

Cálculo de atualização monetária

[Voltar](#) [Versão para Impressão](#)

Dados básicos informados para cálculo	
Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R\$ 4.725,00
Indexador e metodologia de cálculo	IPCA-E (IBGE) - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Maio/2019 a Março/2020

Dados calculados		
Fator de correção do período	305 dias	1,029125
Percentual correspondente	305 dias	2,912503 %
Valor corrigido para 01/03/2020	(=)	R\$ 4.862,62
Sub Total	(=)	R\$ 4.862,62
Valor total	(=)	R\$ 4.862,62

Cálculo de atualização monetária

[Voltar](#) [Versão para Impressão](#)

Dados básicos informados para cálculo	
Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R\$ 4.862,62
Indexador e metodologia de cálculo	SELIC ACUMULADO MENSAL (% a.m.) - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Fevereiro/2020 a Fevereiro/2022
Honorários (%)	15 %

Dados calculados		
Fator de correção do período	731 dias	1,076836
Percentual correspondente	731 dias	7,683608 %
Valor corrigido para 01/02/2022	(=)	R\$ 5.236,24
Sub Total	(=)	R\$ 5.236,24
Honorários (15%)	(+)	R\$ 785,44
Valor total	(=)	R\$ 6.021,68